



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 48ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Fundo Cristão para Crianças - ChildFund Brasil pelos 45 Anos de Sua Criação  
1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário  
2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário  
3.2 - Comissões

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 48ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/11/2011

#### Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Leitura de mensagem - Execução do Hino Nacional - Entrega de placa - Palavras do Sr. Gérson Pacheco - Palavras do Sr. Hércio Borges - Exibição de vídeo - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:  
Dinis Pinheiro - André Quintão - Carlin Moura.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Atas

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das quatro reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Fundo Cristão para Crianças - ChildFund Brasil pelos 45 anos de sua criação.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Gérson Pacheco, Diretor Executivo do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil; a Exma. Sra. Débora Maria da Luz, Vice-Diretora do Conselho da Criança e Adolescente da Secretaria Municipal de Assistência Social, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Vereador João Oscar, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Elson Alípio Júnior, Diretor da Secretaria de Estado de Casa Civil; e Hércio Borges, ex-apadrinhado do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil.

#### Leitura de Mensagem

O locutor - Gostaríamos de dar ciência ao público presente, bem como aos telespectadores da TV Assembleia, de mensagem encaminhada por S. Exa., o Senador Aécio Neves, ao Presidente desta solenidade e autor do requerimento que deu origem à homenagem, Deputado Dinis Pinheiro. (- Lê:): “Sr. Presidente, recebi com grande alegria o convite para estar nesta Assembleia por ocasião da reunião especial em homenagem ao Fundo Cristão para Crianças. Todavia, em face de compromissos do mandato junto ao Senado Federal, necessária se faz minha presença nos trabalhos dessa Casa na mesma oportunidade. Transmita aos coordenadores



dessa meritória instituição meus sinceros cumprimentos pelo trabalho de inclusão social que vêm realizando em áreas onde a vida se mostra bastante vulnerável. A homenagem é justa e veio em boa hora. Senador Aécio Neves”.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Entrega de Placa**

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Gérson Pacheco, Diretor Executivo do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “Quando o discurso sobre o amor e a solidariedade se concretiza em ações, o resultado não poderia ser outro: transformação de vidas. E é com essa missão transformadora que o Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil comemora mais de quatro décadas de dedicação às crianças carentes e suas famílias. Com foco na valorização da família, da educação e da saúde, a organização já propiciou melhorias na vida de cerca de 220 mil pessoas, em 500 projetos, oferecendo a elas a certeza de um futuro melhor. Ao reconhecer tão nobre missão do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil e sua importância para o Estado, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta a ele honrosa homenagem pelos seus 45 anos de existência”.

### **Palavras do Sr. Gérson Pacheco**

Boa noite a todos. Primeiramente cumprimento os membros da Mesa, Deputado Dinis Pinheiro; Débora Maria da Luz; João Oscar, nosso Exmo. Vereador; Elson Alípio Júnior, um ex-apadrinhado, com muita alegria; e o excelentíssimo apadrinhado do Fundo. Aqui temos Elson Alípio Júnior, Diretor da Secretaria de Estado de Casa Civil. Elson e Hélcio, perdoem-me a confusão, mas aos dois desejamos boa noite. Estamos muito honrados com os nossos padrinhos. Em primeiro lugar, saudamos os nossos padrinhos e ex-padrinhos; as nossas crianças apadrinhadas, que esta noite é delas; os nossos atuais e ex-funcionários; os nossos colegas; os familiares; os voluntários. É uma alegria muito grande e uma honra imensa este momento que o Fundo está vivendo, quando ocupamos esta tribuna e expressamos essa alegria e essas conquistas de 45 anos. Para mim é uma honra muito grande e é muito emocionante representar vocês, estar aqui e falar sobre o que é o Fundo. Um agradecimento a todos. Nós somos o Fundo, todos que estão aqui: o poder público; esse imenso número de pessoas apaixonadas pela causa da criança, do adolescente e do jovem; os funcionários e os nossos voluntários. Queria comentar com vocês sobre o nosso voluntariado de governança, que faz parte das nossas assembleias, dos nossos conselhos, dos nossos conselhos consultivos. Os nossos 3.400 voluntários de comunidade e os outros voluntários de gestão. O Fundo Cristão é toda essa história de uma dívida imensa de Deus de doação e de troca. A todos vocês digo que é uma honra muito grande representá-los nestas poucas palavras que aqui vou proferir.

Num breve histórico, lembramos que, em 1938, em Washington, nos Estados Unidos, um grupo se reúne e diz: temos de fazer alguma coisa em relação a essa guerra asiática - uma guerra entre a primeira e a segunda, com muitos problemas afetando crianças. Foi uma situação muito difícil na época, porque as crianças se tornaram órfãs numa quantidade que o mundo nunca viu. O Holocausto tem uma dimensão muito parecida com a daquela época. E lá, então, um grupo de cristãos, sem denominação - evangélicos, cristãos -, saem numa comitiva, vão para a Ásia e dizem: “turma, temos de ajudar essas crianças”. Aí nasce o apadrinhamento. Vamos pegar, naquele tempo, US\$10 de famílias americanas e construir um projeto em que em torno de 10% vão para o custo e o restante colocaremos no campo, a fim de transformar vidas de crianças, adolescentes e jovens.

Aí nasce o Fundo. Há 73 anos foi criado o primeiro projeto de apadrinhamento. Estou falando de 1938. Há 45 anos, o fundo chega ao Brasil e escolhe como sede Belo Horizonte, na Região Sudeste. Naquela época, havia privação, exclusão e vulnerabilidade sem medida para as crianças, adolescentes e jovens no semiárido do Vale do Jequitinhonha, como também no Cariri, sertão nordestino. Então iniciamos o projeto mobilizando parceiros e, há 42 anos, estamos no mesmo endereço - Rua Curitiba, 689.

O Fundo é um grande integrador, um grande mobilizador. Há 45 anos ele começa buscando famílias por entendermos que as crianças em privação, exclusão e vulnerabilidade não teriam chance de transformação e desenvolvimento. Não teríamos como aconselhar, incentivar e mobilizar essas crianças, adolescentes e jovens para o futuro, sem a parceria da família, da comunidade, dos voluntários. O fundo nasce juntamente com as organizações parceiras - que aqui também estão -, criando uma sinergia tremenda com suas organizações comunitárias, que hoje somam 93 no Sudeste e Nordeste - organizações essas que nos ajudam a crescer. Na verdade, temos esse mesmo conceito de dívida, de troca e de doação com as nossas organizações comunitárias. Portanto, iniciamos essa parceria com essas organizações, e hoje a nossa capilaridade nos permite atuar no Brasil, cuidando de 140 mil crianças em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Fortaleza, na região urbana e rural do Nordeste - em mais de três Estados - e também na região urbana e rural do Jequitinhonha em toda a sua dimensão.

Cuidamos dessas 140 mil crianças, de 220 mil pessoas, de 40 mil famílias e de 800 comunidades. São 500 projetos em média por ano transformando vidas. Essa é a nossa dimensão. No apadrinhamento temos o nosso processo, em que o padrinho inicia com a criança uma sinergia também muito forte, por meio do conselho que recebe. Quando completamos 30 anos foi colocado em nosso “site” o depoimento de uma pessoa com mestrado, um professor de Biologia do Ceará, que dá um testemunho na Assembleia de Fortaleza sobre os princípios e valores das grandes conquistas que ele conseguiu, devido a essa relação com o seu padrinho. Ele é um ex-apadrinhado e hoje transmite aos seu alunos os valores e os princípios que recebeu.

Portanto, padrinho exerce esse papel maravilhoso de doação, de ser um agente transformador na vida dessas crianças. Sabem quantos padrinhos temos? São 30 mil americanos; europeus e asiáticos são 15 mil; e já contamos 10 mil brasileiros. No entanto, sabemos que em nosso país há um potencial de 17 milhões de pessoas. Segundo a nossa Pesquisa do Orçamento Familiar - POF -, de 2006 a 2009, fechando com o censo de 2010, hoje temos um potencial no Brasil de 17 milhões de padrinhos que poderiam fazer doações regularmente, e muitos o fazem mensalmente. Temos 8 milhões de crianças em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade. No programa Brasil sem Miséria, o governo publicou que há 16.200 pessoas nessa condição, mas, desse número, crianças, adolescentes e jovens somam 8 milhões.



Mas temos no Brasil um potencial para que esses 17 milhões e outros mais das classes A, B e C - aliás, temos também pessoas das classes C e D contribuindo - entrem nessa dádiva, nessa bênção, que é se doar e receber a troca, transmitir valores e princípios e transformar a vida de uma pessoa. Escreva um livro, plante uma árvore, mas não deixe de transformar uma vida.

E o Fundo Cristão com seus parceiros, com suas 40 mil famílias, é um canal com uma história de 45 anos capaz de realizar em nossos padrinhos o sonho de ser um agente transformador de vidas. Ao mesmo tempo, somos o braço que trabalhará na criança com privação, exclusão e vulnerabilidade sua transformação em líder. Qual é a nossa missão? Que essa criança, esse adolescente, esse jovem lidere a sua vida, constitua uma família e seja líder nela e em sua comunidade. Que lute por seus direitos e transforme este país em um país do futuro.

Lembrem que essas 8 milhões de crianças que hoje temos em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade podem se transformar em uma geração perdida, se não tivermos padrinhos comprometidos. O Fundo é um canal, um veículo, uma avenida onde padrinho e apadrinhado podem se unir em uma relação, que eu diria divina, porque transforma vidas.

Este é um momento muito oportuno para nós, e não posso encerrar esta minha pequena passagem pelos 45 anos do Fundo sem agradecer a todos esses parceiros, aos voluntários de gestão, aos voluntários de governança, aos voluntários de comunidade, às nossas organizações parceiras e à luta.

Confesso que vim do mercado, mas quando entrei no terceiro setor, em uma agência internacional como é o Fundo, percebi que trabalhamos muito. Então, esses 45 anos enchem de orgulho todos esses funcionários, ex-funcionários e atuais funcionários que colocaram suas vidas na causa; todos nós. Eles nos enchem de uma bênção divina, porque a matéria-prima com que trabalhamos é a vida.

Nada melhor que coroar este breve relato que faço para vocês do que um padrinho, um ex-apadrinhado, falando um pouquinho sobre o que é essa experiência. Está conosco na Mesa o Hércio, e peço a ele que venha, com poucas palavras, nos dizer o que é ser impactado, transformado por uma ação mobilizadora e transformadora, como essa que é o Fundo.

Passo a palavra a ele e encerro, mais uma vez, dando glória a Deus porque esse projeto é divino aqui na Terra. Ele vem da relação celeste. É um orgulho muito grande que todos nós temos. Esses 45 anos são uma grande honra para todos que fazemos parte dessa família divina aqui na Terra. Amém.

### **Palavras do Sr. Hércio Borges**

Boa noite a todos. Boa noite à Mesa, aos convidados e à minha herdeira que está ali, minha filha.

Vou tentar falar em poucas palavras sobre o impacto do Fundo na minha vida. Sou o sétimo de uma família de 10 filhos, que morava em uma comunidade muito carente na Regional Leste de Belo Horizonte, o Alto Vera Cruz. Na época, há muitos anos – quase a mesma idade do Fundo -, estava no ginásio e lembro-me vagamente quando apareceu uma moça em minha casa, uma assistente social, de cujo nome, Lélis, nunca mais me esqueci. Na época ela ofereceu à minha mãe uma ajuda. Usávamos o termo “ajuda”.

A gente não sabia que se tratava do Fundo Cristão, era uma ajuda. Minha mãe, paulista criada em Minas, desconfiada, ficou querendo saber que ajuda era aquela. Conversou aqui, conversou ali e acabou aceitando, porque era uma coisa interessante. Era o Fundo Cristão chegando.

Eu e mais duas irmãs fomos apadrinhados pelo mesmo padrinho, um americano chamado Barnard. Os outros dois irmãos mais novos foram apadrinhados por outro. Os mais velhos já não tinham idade para receber o benefício.

No beco em que morávamos, hoje chamado Beco Vitória, não tínhamos nenhuma forma de saneamento básico, água, esgoto, nada. Era uma dificuldade, mas havia uma escola perto, que está lá até hoje - a Escola Engenheiro Prado Lopes, onde eu cursava o primário. O ginásio viria a seguir, e eu já pensava como faria para estudar. Minha mãe aceitou a ajuda do Barnard, eterno padrinho. E foi superlegal, porque ele era padrinho dos três e nos ajudava muito. Com o apadrinhamento e com a assistência que ele nos deu, foi possível estudar, concluir o ginásio e chegar até perto da universidade.

Várias coisas interessantes aconteceram. Naquela época o Fundo tinha sede na Rua Leopoldo Gomes, depois mudou para a Fernão Dias. Lá havia uma biblioteca. Como eu gostava muito de estudar, toda tarde ficava lendo na biblioteca. A Lélis, assistente social da época, ajudou demais. Como o meu padrinho era americano, nós traduzíamos as cartas que enviava. Fui aprendendo inglês com ela, ao traduzir as cartas do padrinho. Então o Fundo tem toda uma importância na minha formação educacional e até profissional. Depois me formei em engenharia, etc.

Tenho dito sempre onde vou que o Fundo foi essencial para nós lá em casa. Pelo lugar, pela situação em que vivíamos, havia oportunidades mais fáceis na situação de vulnerabilidade, mas preferimos seguir os conselhos da família e estudar. Deu certo, graças a Deus. Estou aqui hoje e feliz. Queria agradecer muito ao Fundo por tudo isso, como estou sempre dizendo. Eu e meus irmãos somos muito gratos ao Fundo. É claro que, quando você se forma, a sua situação melhora, você começa a investir e a ajudar a família. Enfim, toda a família é muito grata.

Com o tempo, depois de formado, também me tornei padrinho. Apadrinhei uma criança, e vamos seguindo em frente. Há um detalhe muito legal a respeito do Fundo. O brasileiro tem a paixão pelo futebol. Disputei meu primeiro campeonato de futebol pelo Fundo Cristão e fomos campeões. Até isso foi legal na minha vida. Agradeço, mais uma vez. Obrigado a todos.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### **Apresentação Artística**

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a uma apresentação artística do Grupo Batukalata, levada de tambores alternativos, sob a regência de José Antônio Inácio.

- Procede-se à apresentação artística.



### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Gérson Pacheco, Diretor Executivo do Fundo Cristão para Crianças; Dra. Débora Maria da Luz, Vice-Diretora do Conselho da Criança e Adolescente da Secretaria Municipal de Assistência Social, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. João Oscar, amigo e Vereador, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sr. Hélcio Borges, ex-apadrinhado do Fundo Cristão para Crianças, que nos ofertou um belo testemunho; dileto amigo Elson Alípio Júnior, Diretor da Secretaria de Estado de Casa Civil; quero saudar o Ricardo Pires e, em seu nome, saudar as senhoras e os senhores que prestigiam este momento tão solene. Um abraço carinhoso à Batukalata. Pelo visto, já tem uma nova apresentação, a agenda está superlotada. Espero que, no próximo evento, a Batukalata possa abrilhantar, mais uma vez, esta Casa de Minas.

Esta Casa, Dr. Gérson, esta Casa de Minas, esta Casa do povo, vivencia um momento de muito orgulho. Até tinha aqui um pronunciamento muito bem arquitetado e edificado, mas prefiro, nesse ambiente tão generoso e fraterno, falar, falar com a voz da alma e, nesse diálogo, ter a oportunidade, Dr. Gérson, de referenciar essa entidade que tem uma história recheada de carinho, uma história recheada de abnegação, de dedicação ao próximo, de devotamento à causa do semelhante, sobretudo à causa das nossas queridas crianças. Se, de fato, queremos construir e edificar um Estado próspero, um país rico, um país mais igualitário e de maior sorte para todos, torna-se imperioso que esse trabalho e que o abraço a essa causa se iniciem pela solidariedade a essas crianças. E é isso que o Fundo Cristão para Crianças faz de forma exemplar, magistral. É isso que esta Casa de Minas tem procurado fazer. O Parlamento de Minas, conforme eu falei, é a Casa do nosso povo, da nossa gente e tem incansavelmente procurado melhorar a vida das pessoas, sobretudo, Dr. Gérson, daquelas que ainda não foram agasalhadas por essas políticas públicas que, evidentemente, melhoraram a vida dos brasileiros e mineiros, nos últimos anos. Contudo, tantas outras conquistas ainda precisam ser efetivadas, e hoje o senhor teve a oportunidade de falar - e temos reiteradamente repetido isso várias vezes - que o Brasil, infelizmente, ainda conta com 16 milhões de brasileiros necessitados e com exclusão, privação, miséria e fome. Em Minas Gerais, este Estado exemplar, este Estado pelo qual somos apaixonados e que amamos, hoje, infelizmente, ainda temos 900 mil mineiros deserdados da sorte. São 900 mil mineiros que não tiveram essa ascensão social, essa promoção a uma boa vida social, que não tiveram ainda condição de idealizar e realizar seus sonhos. Sonho de conquistar um trabalho digno, sonho de cursar uma faculdade, sonho de ter uma casa simples, mas acolhedora, sonho de poder contar com uma rede de esgoto, sonho de construir com dignidade uma família, a maior benção, a maior dádiva do nosso Pai celestial.

Ao prestar atenção nessa oração - se assim posso falar - que o Dr. Gérson ofertou aos senhores, às senhoras e ao Estado de Minas Gerais, percebi que, naquele momento, ele se transportou ao passado e relembrou uma guerra que tanto transtorno, tanta crueldade, tantos malefícios nos causou. Ela, por outro lado, estimulou, incentivou e acabou por provocar o nascimento dessa obra exemplar, dessa obra mundial e que hoje é exemplo para todos nós e, de fato, inspira o nosso coração, o nosso espírito, a nossa alma a fazer verdadeiramente o bem a quem precisa. E o Estado de Minas e o Parlamento de Minas, Dr. Gérson, também estão enfrentando um guerra, uma guerra ao lado do governo federal, uma guerra ao lado do governo estadual, uma guerra ao lado das pessoas de bem, para que todos nós, de uma vez por todas, possamos acabar com a miséria no Estado de Minas Gerais e no nosso país. Não dá para ser feliz, quando, ao nosso lado, caminham conosco 16 milhões de brasileiros que passam por privações, 16 milhões de brasileiros com fome.

Em Minas Gerais, são 900 mil mineiros. Falo que a melhor maneira de atingir a felicidade própria é fazer a felicidade do semelhante. É isso que temos feito. O Parlamento de Minas, em um movimento maravilhoso e mágico, fez um seminário. Promovemos dois encontros regionais, andamos pelo Estado de Minas afora, conversando, ouvindo a opinião e buscando a sugestão daquele cidadão de bem, o cidadão simples, o cidadão comum. Tivemos a grata satisfação de contar com essa participação cidadã, patriótica e sonhadora desses mineiros. Esse seminário teve o desfecho há 15 dias, quando inserimos na Constituição Estadual a obrigatoriedade maior de erradicar a miséria no Estado de Minas Gerais e diminuir as desigualdades sociais e regionais. Houve uma participação maravilhosa e vigorosa dos mineiros e das mineiras. Nesse fechamento, vieram aproximadamente 500 pessoas. Muitas delas, pessoas que nunca vieram à Assembleia, que talvez nunca tiveram a oportunidade de gritar, reivindicar, levar sua voz e ser ouvidas. Naquele momento tão bonito, testemunhamos o abraço, o sorriso de pessoas eficientes, pessoas cadeirantes, pessoas simples, pessoas que sonham com uma vida melhor e que vieram aqui dar sua opinião. O Parlamento, os Deputados e as Deputadas receberam a todos com muito carinho e ternura. Ao cabo desse seminário, testemunhamos essas pessoas do interior afora, desta Minas tão rica, desta Minas tão bonita, com o rosto em lágrimas, um rosto de dever cumprido, de missão executada. Todas elas pessoas simples, aqui assentadas, que, talvez pela primeira vez, tiveram oportunidade de ser ouvidas.

Fruto desse trabalho coletivo dessas pessoas sofridas, tivemos oportunidade de apresentar 84 propostas, que estão sendo analisadas pelo PPAG. Certamente irão se traduzir em políticas públicas maravilhosas, que, de fato, vão transformar e melhorar a vida dessas pessoas. É isso que o Fundo Cristão para Crianças tem feito, é isso que temos feito, é isso que procuramos fazer, de forma nobre e altaneira, com carinho, dedicação e amor. Estava falando com o Dr. Gérson e com os companheiros da Mesa que qualquer tarefa que venhamos a exercer na vida, devemos exercer com carinho, dedicação e amor. Seja pedreiro, professor, Vereador, Deputado Estadual, motorista de ônibus, enfim, qualquer tarefa tem de ser exercida com carinho e amor. Aí, certamente teremos a felicidade e vamos promover a felicidade do próximo.

Portanto, Dr. Gérson, quero parabenizá-lo e parabenizar o Fundo Cristão para Crianças. Que esse belo exemplo, essa dádiva, possa nos estimular e incentivar a continuar nessa estrada do bem. E que todos nós aqui sejamos, de fato, de verdade, arautos da solidariedade, arautos do amor. A vida é isso, é uma passagem muito breve. Mas falo que o fruto da vida terrestre é conservar na alma essa disposição de servir. E que todos nós tenhamos essa disposição eterna de servir, de servir, de servir, de servir acima de tudo os mais pobres, os mais carentes, os mais necessitados. Que Deus continue abençoando o Fundo Cristão para Crianças. Que Deus continue lhes concedendo luz e sabedoria. E, acima de tudo, que esse espírito de solidariedade possa conduzir esses nossos passos pela estrada afora que o Pai celestial nos concedeu. Muito obrigado! O Parlamento de Minas está muito feliz por esse momento tão



bonito, tão rico e certamente tão inspirador na vida de cada um de nós e na vida dos mineiros e das mineiras. Obrigado por esse belo exemplo de vida humanitária.

### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Vice-Diretor-Geral do Iter, publicados no "Diário do Legislativo" de 14/10/2011; e do Presidente da Emater-MG dando ciência de atividades dessa empresa voltadas para o treinamento gratuito de produtores de queijo minas artesanal. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.896/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Doutor Viana), 2.241/2011 (relator: Deputado Romel Anízio) e 2.280/2011 (relator: Deputado Fabiano Tolentino), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.610 e 1.617/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.150, 1.931, 1.932, 1.934, 1.979, 1.984, 2.013, 2.022, 2.023, 2.040, 2.101, 2.102, 2.106 e 2.114/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Rômulo Viegas e Fabiano Tolentino em que solicitam seja realizada viagem a Brasília (DF) para participar de audiência pública sobre a produção, o transporte e o acondicionamento comercial dos queijos minas artesanal e minas frescal, a ser promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; Antônio Carlos Arantes (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater o controle sanitário sobre produtos artesanais derivados de leite e, em especial, o Projeto de Lei nº 1.702/2011, que altera a legislação relativa ao queijo minas artesanal, e a aplicação, pelo IMA, da Lei nº 19.583, de 2011, que trata da manipulação e beneficiamento artesanais de leite de cabra ou ovelha e derivados; e seja encaminhado aos Secretários de Fazenda e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para a concessão de isenção do ICMS na saída de pequenas transformações de produtos primários do estabelecimento rural; Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a transferência do Parque de Exposições da Gameleira para Contagem; e Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao Iter pedido de informações para que envie a relação das terras devolutas do Estado. A Presidência recebe requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater a utilização indiscriminada de agrotóxicos e suas consequências para a saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Rômulo Viegas - Fabiano Tolentino.

## ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" no dia 27/10/2011: ofícios dos Srs. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (2); José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e o Deputado citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.937/2011, em turno único (Deputada Maria Tereza Lara), e 1.545/2011, no 1º turno (Deputado Cássio Soares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.796/2011 com a Emenda nº 1, em que se solicita a inclusão de manifestação de aplauso na pasta funcional do aludido militar. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.587 e 1.774/2011. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida de Fátima, Diretora da Escola Municipal Maria Silva Lucas; Geny Martins Miguel, Coordenadora do programa Mais Educação na referida escola; e os Srs. Evanildo Augusto da Silva e Getúlio Vernuto de Oliveira Souza, professores da referida escola, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Carlin Moura (4) em que solicita sejam ouvidos nesta reunião a Diretora da Escola Municipal Maria Silva Lucas, que denuncia agressão e ameaça de morte praticadas por um aluno, bem como professores da referida escola; sejam encaminhadas à Diretora da mencionada escola, à Prefeitura Municipal de Contagem, à Secretaria Municipal de Educação desse Município, à Guarda Municipal de Contagem, ao Comando-Geral da PMMG, à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Juizado e à Promotoria da Infância e da Juventude de Contagem as notas taquigráficas desta reunião, solicitando ainda seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para o reforço emergencial da segurança na citada escola e também para a alocação dos recursos necessários para a execução do projeto arquitetônico de segurança no local, elaborado pela direção da Escola; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para dar proteção policial à Sra. Maria Aparecida de Fátima, em função das agressões e ameaças de morte por ela sofridas; seja formulada manifestação de aplauso ao 1º-Sgt. PM Paulo Valetim Perdígão, da 186ª Companhia da PMMG, do 39º Batalhão de Polícia Militar, e ao 3º-Sgt. PM Victor Henrique de Amorim Vaz, da 84ª Companhia da PMMG, do 39º Batalhão de Polícia Militar, pela elucidação e prisão de quadrilha de roubo de veículos no Município de Contagem, em 29/10/2011; da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao Centro de Referência de Assistência Social do Município de Contagem pedido de providências para acompanhar o adolescente L.F.S.S. e sua família, em função das agressões e ameaças de morte perpetradas contra a Sra. Maria



Aparecida de Fátima; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja encaminhado ao Juizado, à Promotoria e à Defensoria da Infância e do Adolescente do Município de Contagem pedido de providências para que sejam aplicadas ao referido adolescente as medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; do Deputado Doutor Wilson Batista (7) em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para agendar reunião com o representante da OAB-MG em Muriaé, com membros desta Comissão e com outros parlamentares interessados, para discutir assuntos relacionados à Justiça na região e a implantação da 2ª Vara Criminal na Comarca de Muriaé; seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para acelerar e aprofundar as investigações sobre o grande número de furtos e roubos de gado e equipamentos agropecuários no Município de Muriaé e na região; para aumentar o efetivo da Delegacia de Polícia Civil de Muriaé; para realizar interlocução com o Comando-Geral da PMMG para a implantação de um posto policial integrado com a Polícia Civil no Município de Muriaé; seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para aumentar o efetivo do 47º Batalhão da PMMG, sediado em Muriaé; para implantar postos policiais-militares fixos nos Distritos de Muriaé; para realizar interlocução com a Chefia de Polícia Civil com vistas à implantação de um posto policial integrado com a PMMG no Município de Muriaé; para ampliar o serviço de patrulha móvel nas áreas rurais de Muriaé e da região, para coibir o crescimento de furtos e roubos de gado e equipamentos agropecuários; para implantar sistema de patrulha nas cercanias das escolas de Muriaé; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para ampliar o número de escolas funcionando em regime de tempo integral na rede estadual de ensino de Muriaé; seja encaminhado à Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República pedido de providências para enviar ao Conselho Municipal de Segurança Pública de Muriaé 5 mil exemplares da publicação "Uma história que precisa ter fim"; seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé pedido de providências para solicitar ao Ministério da Saúde incentivo antecipado para implantação de um centro de atenção psicossocial álcool e drogas em Muriaé; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para implantar um centro socioeducativo nesse Município; para implantar o projeto Olho Vivo nesse Município juntamente com entidades locais como a Câmara de Dirigentes Logistas de Muriaé e a Associação Pró-Desenvolvimento de Muriaé; para tomar medidas relativas à melhor divulgação em Muriaé do objetivo e do funcionamento do Disque-Denúncia Unificado; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues (2) em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e debater os detalhes das mortes dos engenheiros mineiros Mário Gramani Guedes e Mário Augusto Soares Bittencourt, que realizavam trabalho na região Norte do Peru; seja solicitado ao Presidente desta Casa a inclusão da Assembleia Legislativa como parceira do Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência, Indisciplina e Infração Escolar, desenvolvido pelo Projeto Kássio no Município de Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2011.

Sargento Rodrigues, Presidente - Bonifácio Mourão.

## **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/11/2011**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o recente despejo da Comunidade Zilah Sposito, possivelmente sem mandado judicial e com violência contra crianças, adolescentes e idosos pela Polícia Militar, pela Guarda Municipal e por servidores da Regional Norte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, Subdefensora Pública-Geral, representando Andréia Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; e os Srs. Adriano Ventura, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Diretor de Apoio Operacional da PMMG, representando o Cel. PM José Geraldo de Azevedo Lima, Comandante da 1ª Região; Weverton Vilas Boas de Castro, Diretor de Regularização e Controle Urbano da Urbel, representando Claudius Vinicius Leite Pereira, Diretor-Presidente; Haldley Campolina Vidal, Secretário de Administração Regional Municipal Norte; Itamar de Oliveira Pacheco Filho, Gerente de Controle Institucional da Guarda Municipal; Frei Gilvander Luis Moreira, Assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; Ivaldy José Rodrigues, Coordenador Estadual do Movimento de Luta pela Moradia, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Deputados Carlos Henrique e Rogério Correia. Os Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações, cada um por sua vez. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.289 e 2.384/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Lamac em que solicita seja realizada visita ao Distrito de Ravena, no Município de Sabará, para apurar denúncias de violação de direitos humanos dos moradores locais, que, devido à falta de abastecimento de água potável, estão sendo obrigados a consumir água imprópria ao consumo humano; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncias de escalas arbitrárias e desumanas, com sobrecarga de trabalho, que vêm sendo aplicadas aos militares na 13ª Região da Polícia Militar; Durval Ângelo e Rogério Correia (11) em que solicitam sejam encaminhadas à Sra. Mariângela Meyer Pires Faleiro, Juíza de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, as notas taquigráficas desta reunião; sejam encaminhados ao Governo do Estado, à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e ao Ministério Público do Estado os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias e as notas taquigráficas desta reunião; sejam encaminhados à Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para a apuração da denúncia sobre o uso ilegal e indevido da Guarda Municipal para desalojar as famílias e destruir residências na ocupação Zilah Sposito, sem ordem judicial, gerando desvio de função, praticando abuso de autoridade, violando os direitos fundamentais dos moradores e agravando os problemas sociais com o desabrigo de segmentos vulneráveis da população empobrecida; sejam encaminhados à Corregedoria da PMMG os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para apurar denúncia sobre uso indevido de contingentes da 1ª Região da PMMG a fim de desalojar famílias e destruir residências na ocupação Zilah Sposito, sem ordem judicial e sem a devida identificação funcional, usando de violência, praticando abuso de autoridade, violando as leis, inclusive o Código de Ética e Disciplina militar da PMMG, atingindo os direitos fundamentais dos moradores, especialmente à moradia com dignidade; sejam encaminhados à Corregedoria-Geral do Município de Belo Horizonte os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias e as notas taquigráficas desta reunião com pedidos de providências para a apuração da denúncia sobre a atuação ilegal e indevida dos funcionários Fernando e Mauro Lopes Martins, possivelmente vinculados à Administração Regional Norte, no desalojamento de famílias e na destruição de residências na Comunidade Zilah Sposito, sem ordem judicial, gerando abuso de autoridade, violando os direitos fundamentais dos moradores, especialmente à moradia com dignidade, e para o afastamento dos citados funcionários dos cargos que ocupam, durante o processo de apuração; sejam encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público o Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte, as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para apurar se as participações do Ministério Público do Estado no citado documento e de uma Promotora de Justiça do Estado no Gabinete de Ação Integrada Municipal do Município de Belo Horizonte - GGI-M - representam o endosso oficial dessa instituição a ambos, e pedido para, considerando-se as competências previstas nos arts. 127, §1º, e 130-A, §2º, I, da Constituição Federal, tomar as medidas a fim de sanar a possível perda de autonomia funcional do Ministério Público do Estado em face do Poder Executivo Municipal de Belo Horizonte, gerada pelas participações no GGI-M e no Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte; sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil do Estado o Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para apurar se as participações da Polícia Civil do Estado no Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e da Chefia do 1º Departamento de Polícia Civil no Gabinete de Ação Integrada Municipal do Município de Belo Horizonte - GGI-M - representam o endosso oficial dessa instituição a ambos, e pedido para elaborar um parecer técnico a fim de orientar a participação da Polícia Civil do Estado nos assuntos tratados no GGI-M e no citado documento, com vistas a garantir os direitos fundamentais dos moradores; sejam encaminhados à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais o Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para apurar se as participações da Polícia Federal no Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e de um Delegado da Polícia Federal no Gabinete de Ação Integrada Municipal do Município de Belo Horizonte - GGI-M - representam o endosso oficial dessa instituição a ambos, e pedido para elaborar um parecer técnico a fim de orientar a participação da Polícia Federal nos assuntos tratados no GGI-M e no citado documento; sejam encaminhados à Sra. Giðdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União em Minas Gerais, os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, o Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para garantir os direitos dos moradores da ocupação Zilah Sposito, considerando-se as denúncias sobre o uso ilegal e indevido da Guarda Municipal e da PMMG para desalojar as famílias e destruir residências dessa ocupação, sem ordem judicial; sejam encaminhados à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais os documentos da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, o Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte e as notas taquigráficas desta reunião com pedido de providências para responsabilizar as autoridades envolvidas, como forma de se garantir os direitos fundamentais dos moradores da ocupação Zilah Sposito; seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão para discutir novamente a situação em que se encontra a Comunidade Zilah Sposito, onde, segundo denúncias, as famílias residentes sofreram violações dos seus direitos fundamentais, bem como para averiguar os resultados obtidos pelas lutas dos moradores e pelas providências requeridas a autoridades públicas em ofícios da ALMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.



Sala das Comissões, 17 de novembro de 2011.  
Durval Ângelo, Presidente.

## **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/11/2011**

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Tiago Ulisses (substituindo este ao Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.568/2011 e designa como relator o Deputado Elismar Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.465/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente.

## **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/11/2011**

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes e Sebastião Costa (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Deputado João Vítor Xavier comunicando sua ausência no período de 12 a 20/11/2011, por motivo de viagem ao exterior. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.711/2011 com a Emenda nº 1, apresentada pelo Deputado Duarte Bechir, que substitui o nome "Belo Horizonte" por "Região Metropolitana de Belo Horizonte"; e 1.757/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pelo Deputado Tiago Ulisses, que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica pedido de informações sobre os danos provocados pela falta de energia elétrica decorrente das chuvas que atingiram a Região Metropolitana de Belo Horizonte em outubro deste ano. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 18/11/2011, sexta-feira, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Antônio Carlos Arantes.



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2011**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



## 2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.355/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça;

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 a 5.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.556/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$6.450.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 664/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a criação de Áreas de Risco Ambiental e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.336/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, e a Lei nº 13.449, de 10/1/2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.692, de 30/12/2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.364/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a proibição de estabelecimentos comerciais venderem, servirem ou fornecerem bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.443/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.515, de 7/4/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, Emenda nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor, e Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.446/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.449/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.





**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 2.261/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.075 e 1.081/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.208/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.218/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.823/2011, do Deputado Fred Costa; 2.282/2011, do Deputado Sebastião Costa; 2.437/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 2.538/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.601/2011, do Tribunal de Contas; e 2.617/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.151/2011, do Deputado Bruno Siqueira, e 2.434/2011, do Deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.782/2011, do Deputado Gilberto Abramo, e 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 1.705/2011, do Deputado Bosco; 1.709/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.774 a 1.789/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 558/2011, do Deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.937/2011, do Deputado Romel Anízio.

Requerimentos nºs 1.810/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.865/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater sobre a execução do programa Minas Olímpica – Saúde na Praça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.883/2011, do Deputado Almir Paraca.

Finalidade: obter esclarecimentos, com a presença de convidados, sobre denúncia de que a expedição de mandado de despejo pelo juízo da 20ª Vara Cível e ações ilegais de setores da PMMG estariam ferindo os direitos de aproximadamente mil famílias residentes na Comunidade Dandara, nesta Capital.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/11/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 22/11/2011, destinada a homenagear a Fiat Automóveis pelos 35 anos de implantação de sua fábrica em Minas Gerais e à entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Vilmar Domingos Fistarol.

Palácio da Inconfidência, 21 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 22/11/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir questões relativas às exigências feitas pela FIFA que geram intervenção direta no domínio econômico privado no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Bruno Siqueira, Carlos Mosconi, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, João Leite, Luiz Carlos Miranda, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 22/11/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 2.337/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.

Zé Maia, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para a reunião a ser realizada em 24/11/2011, às 14 horas, na Câmara Municipal de Diamantina, com a finalidade de debater a instalação de novos câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – em Municípios da região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente.



**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Microsens Ltda. Objeto: aquisição de televisores. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 60/2011 - Pregão Eletrônico nº 1321603 000081/2011, da Secretaria de Estado de Saúde.